



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades.

Sub-eixo: Ênfase em Raça e Etnia.

A PERCEPÇÃO DAS COTAS E O ACESSO ÀS BOLSAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: O ACESSO À PERMANÊNCIA

Ilson de Souza Peres¹
Roberto Rodrigues Ribeiro²

Resumo: Este trabalho pretende discutir o acesso e a permanência estudantil na modalidade de ensino superior racializando o debate da educação que materializa desigualdades históricas. Dessa forma, a partir de entrevistas tenta-se apreender a percepção para além do acesso, mas da permanência, do pertencimento e da filiação, da representatividade e da identidade dos/das entrevistados/das no interior da universidade.

Palavras-Chave: educação, políticas de ações afirmativas, questão racial, acesso e permanência

Abstract: This work intends to discuss the access and permanence of students in the modality of higher education by racialising the debate of education that materializes historical inequalities. In this way, from interviews we try to perceive the perception beyond the access, but of the permanence, the belonging and the affiliation, the representativeness and the identity of the interviewees within the university.

Keywords: Education, affirmative action policy, racial issues, access and permanence

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de discussões, reflexões e inquietações suscitadas no projeto de pesquisa “Entrar para Universidade: O Sentido dos apoios para a construção de trajetórias educacionais”, no qual debate-se o tema acesso e permanência no nível superior no Brasil. O objetivo da pesquisa está situado na busca pela compreensão sobre os sentidos atribuídos aos apoios que os/as estudantes necessitam para entrar e permanecer na universidade pública, entendendo apoios enquanto suportes financeiros, materiais, de serviços, afetivos,

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <peresilson@gmail.com>

² Estudante de Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <peresilson@gmail.com>

entre outros que permitam aos/às estudantes o acesso ao direito à educação na modalidade do ensino superior.

De acordo com a experiência das entrevistas e leituras que apontam para a discussão entre classe e raça, este trabalho procura travar através de uma perspectiva de racialização a discussão sobre educação e políticas afirmativas. Sendo assim a pesquisa que se desenvolve a partir da análise qualitativa dos discursos de 24 estudantes entrevistados do curso de Serviço Social nos turnos diurno e noturno, optou-se por estudantes cotistas para que se tenha um grupo mais homogêneo.

Para a delimitação entrevistou-se homens e mulheres, com faixa etária definida em três grupos distintos: 19-29 anos, 30-39 anos e acima de 40 anos. Além das entrevistas com questionário semiestruturado, esse trabalho pauta-se numa discussão bibliográfica relacionada ao tema para um aporte teórico.

Em relação à discussão sobre cotas, utilizou-se o critério raça/cor como fundamental diante das mudanças do perfil racial dos/das estudantes que ingressaram na educação superior e levaram-se em consideração os impactos das políticas de ações afirmativas sobre a discussão da mobilidade social na sociedade brasileira.

Reflete-se até que ponto o acesso às bolsas de assistência estudantil constituem elementos que se configuram como apoio financeiro essencial à permanência estudantil. A partir da discussão sobre a concepção de cotas e do acesso às bolsas de assistência estudantil pretende-se compreender o universo de sentidos partilhados por estudantes acerca de suas possibilidades de mobilidade social ligado ao debate de desigualdade estrutural de raça e classe.

1. Perfil dos/as estudantes de Serviço Social, usuários/as das ações afirmativas.

Na última década é visível a ampliação das oportunidades de acesso à educação superior como resultado, principalmente, da adesão de políticas de ações

afirmativas que contemplam estudantes historicamente sem acesso a essa modalidade de ensino, a saber, estudantes de “carência sócio-econômica” que concluíram a Educação Básica em escolas públicas e as pessoas do segmento negro no Brasil.

No entanto, permanece explicitado através do Censo de Educação Superior, realizado no ano de 2016, que a taxa de escolarização da população jovem entre 18-24 anos é de 17,6%, o que demonstra que esta modalidade ainda pode ser considerada como uma modalidade usufruída majoritariamente de “elite” (HONORATO; HERINGER, 2015).

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) traçou um perfil dos estudantes concluintes do curso de serviço social, baseado no questionário respondido pelos educandos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes de 2016 (ENADE) e atestou que a maioria dos/das estudantes são negros/as. No que se refere, especificamente, ao curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o ENADE concluiu que dos cento e setenta e um estudantes concluintes 57,7% não são brancos e mais da metade não possui renda. Entre os 24 entrevistados/as, 19 são pretos/as e pardos/as, coadunando com os dados institucionais e órgãos de pesquisa no âmbito da educação superior no Brasil.

Nesse sentido, ao pensar na formação social do Brasil nos idos da escravidão e nas relações sociais por ela engendradas, contraria-se a ideia de democracia racial pela noção de se viver em uma sociedade onde o racismo ganha centralidade nas relações sociais e, as particularidades do “racismo à brasileira” gera um apartheid velado e consistente. Cabe, portanto, a reflexão sobre o advento de a igualdade formal instituir-se como barreira invisível à mobilidade social dos negros desde o pós-abolição. (DAMATTA, 1997).

2. Assimetrias Sociais e Raciais

A partir do ano 2000 e o desenvolvimento de políticas de ações afirmativas, o debate sobre cotas raciais suscita provocações por mudanças estruturais e

institucionais no que diz respeito ao enfrentamento do racismo. Mudanças que já caminham na esteira das transformações desde 1970 nos estudos sociológicos sobre a desigualdade entre brancos e negros.

Conforme Barreto, (et ali 2017) com a perda da tese da democracia racial, o racismo é explicitado na Universidade e materializado em uma série de violências como, constrangimentos, preterições, invisibilidade e silenciamentos. Através do relato dos estudantes negros/as entrevistados/as algum desses elementos ou alguns ao mesmo tempo fazem-se presente.

O fato do debate sobre raça e classe muitas vezes preferir a “clivagem de classe” em detrimento de raça em uma postura hierarquizadora, reverbera em isolamento e sofrimento que afeta a permanência do /da estudante negro/a e impede assim sua ascensão social.

O debate que suscita as políticas de ações afirmativas no Brasil se consolidou com a transição do regime autoritário em democracia representativa a partir do advento da Constituição Federal de 1988, no qual se estabeleceu a prevalência dos direitos humanos como princípio do Estado brasileiro, tal fato, possibilitou a evocação desses direitos e logo a inserção de um número elevado de sujeitos oriundos de grupos antes excluídos das Universidades Públicas a ocuparem estes espaços como alunos e não mais somente, como era de costume, trabalhadores subalternizados; assim fica explicitada a relação entre raça e classe social.

O debate sobre as políticas de ação afirmativa e de cotas em benefício dos alunos negros e pobres no ensino público universitário parte do quadro das desigualdades sociais e raciais gritantes, acumuladas ao longo dos anos, entre brancos e negros. Essas desigualdades observam-se em todos os setores da vida nacional: mercado de trabalho, sistema de saúde, setor político, área de lazer, esporte, educação, etc. Ora, no meio de todas as desigualdades, a educação ocupa uma posição de destaque como centro nevrálgico ao qual são umbilicalmente vinculadas todas as outras. (MUNANGA, 2007, *apud* PACHECO; SILVA, 2007)

É fato que as desigualdades de uma sociedade racista que privilegiam brancos em detrimentos de negros têm seu ápice na educação superior, baseado no ciclo das desvantagens acumulativas e na própria desvantagem ao acesso (SILVA et ali *apud* BARRETO op. cit). Sendo assim, faz-se necessário considerar cor/ raça na composição das desigualdades sociais que se tornam desigualdades raciais também na política de educação brasileira.

Destarte, concorda-se com Lima (2010) que a educação reproduz as desigualdades sociais e raciais, logo essas desigualdades educacionais se explicitam na distinção de grupos socialmente discriminados afetando o acesso desses grupos, bem como sua permanência, pois transforma oportunidades em privilégios. Enquanto 25,5% dos brancos entre 18 e 24 anos estão ensino superior, apenas 8,1% dos pardos e 8,4% dos pretos estão nele. Para a autora, há distinções raciais na pobreza e nas chances de mobilidade social, e pouca atenção é dada a pobreza, em virtude da cor da pobreza.

3. Análise crítica dos relatos

Através dos relatos dos/das estudantes entrevistados/as é explícita a transformação que se forja no interior da universidade brasileira após a implementação das ações afirmativas, referente ao acesso de negros e negras. A Universidade Federal do Rio de Janeiro que passa a ter cotas raciais apenas em 2010.1 tem vivenciado nesses últimos 8 anos, transformações em relação ao perfil de estudantes que desde então passaram a exercitar o direito do acesso à educação superior.

Nesse sentido, A., mulher negra, 54 anos, *ao ingressar na universidade em 2014.1 relata sua entrada da seguinte forma: “A minha primeira impressão foi um choque tremendo que eu tive, (...) eu percebi que não havia muitos alunos negros que nem eu. E percebi que havia (...) muitos alunos elitizados e poucos alunos pobres aqui dentro né”.*

Em contraposição a falta de representatividade sugerida pela primeira entrevistada, reflete-se que após um período de implementação das cotas raciais a

representatividade negra e identidade desenvolvida por alguns/algumas estudantes pôde se dar de certa forma conforme o relato de B, mulher negra de ?? anos, que entrou na universidade apenas dois anos após em 2016.1, e afirma que: *“(...) o encontro forte e vivo com a diversidade, diferentes pessoas. E para minha surpresa o que me chamou atenção é a grande quantidade de negros na faculdade, na minha sala também”*

Conforme o conceito de afiliação pedagógica, na qual estudantes que acessam o ensino superior passam por um processo que culmina em encarnar o ofício do estudante apropriando-se das rotinas, evidências, regras e códigos universitários, tornando assim membros dessa instituição experimentando três etapas nesse processo de afiliação: a primeira etapa é a estranheza, a separação do seu passado; a segunda etapa é o tempo da aprendizagem, a dor de estar entre o passado deixado e futuro incógnito e a terceira etapa caracterizada como o tempo de afiliação, na qual o estudante exerce seu novo status social (COULON, 2017).

Nesse sentido, de acordo com os relatos, questiona-se, se os estudantes negros cumpririam esse ciclo de afiliação visto estar imersos em um ambiente de plena estranheza e uma ausência do sentimento de pertencimento.

O estudante C., homem negro, ??? Anos, afirma: *“Eu percebi que a universidade não é pra preto e pobre. Não é tudo isso pra gente da baixada, preto, pobre.”* Enquanto que D., mulher negra, 33 anos diz: *“Não. Não é o que eu sonhei porque não é meu reflexo. Não me vejo dentro da universidade e eu sei que ela não é feita pra mim, mas eu to ali é uma universidade pública, eu banco o Estado, eu tenho direito.”*

Em diálogo com as perspectivas de filiação e pertencimento, pode-se refletir sobre o desafio da permanência em um sistema educacional que, conforme Paixão (2006), caracteriza-se em um sistema discriminatório para a população negra que possui especificidades que se cunharam historicamente e se materializam nos relatos dos/das estudantes entrevistados e que implicam diretamente na permanência.

Sendo assim, este mesmo autor aponta para cinco especificidades em relação a esse processo histórico, e uma delas se configura na entrada precoce ao mercado de trabalho por jovens negros. O relato da estudante D, 33 anos e negra denota este fato: *“Eu sou provedora do meu domicílio, seu eu não trabalho todo mundo morre de fome. Sou provedora desde novinha, com 13 anos de idade.”*

Paixão (2006) segue afirmando que a baixa qualidade do ensino público não contribui para promover a construção do conhecimento, bem como a imposição de um conteúdo pragmático que não valoriza o universo dos negros fica refletido nos relatos de E, mulher negra ?? anos ao afirmar que:

Eu achava individualmente para mim por eu ser oriunda de escola pública sem base nenhuma, eu via muitas meninas negras na UERJ, na UFRJ, inclusive minha professora de estágio de enfermagem ela é formada na UNIRIO, a outra é da UERJ(...). Pela minha bagagem intelectual, que não me dava uma base para poder ingressar.

Da mesma forma, a estudante F, mulher jovem negra, em relação à falta de representatividade que pode ser decisivo em relação à permanência de estudantes negros na universidade, afirma que:

(...) hoje em dia eu aprendi a não mexer com professor. Acho que os espaços pra nós negros também não são muito inclusivos, a gente não vê muito a questão de pesquisa com temáticas assim, até mesmo as disciplinas e tudo, não fazem recorte de questão racial. Eu entrei na faculdade de Serviço Social e achei que estaria mais em contato com isso, mas é um ponto que não se fala tanto quanto deveria, em se tratando de Brasil.

O autor também elege como ponto específico o próprio sistema educacional por ser discriminatório e não atraente para os negros, logo se configura enquanto espaço de racismo e preconceito.

No debate sobre os apoios materiais que determinam a permanência do/da estudante, a bolsa constitui-se um elemento central e decisivo. O relato de G., mulher, 22 anos, afirma que *“Eu acredito que talvez para a UFRJ eu não seja pobre o suficiente (...). Então, é um pouco difícil tá aqui, é bem difícil a permanência na universidade; eu gasto muito dinheiro de passagem, mas talvez eu não seja ainda pobre o suficiente pra Pró-Reitoria.”*

4. Considerações Finais

Durante o desenvolvimento deste trabalho identificou-se, que o acesso às bolsas de assistência estudantil constitui elementos que se configuram como apoio financeiro essencial não apenas à permanência estudantil, no sentido de apoio financeiro aos gastos na universidade e com materiais de estudo, todavia, esse apoio está ligado diretamente à subsistência do/a universitário/a, pois para alguns/algumas essa bolsa se tornou um complemento à renda familiar, e em alguns casos a única renda de sua família.

Ao refletir através de uma perspectiva estrutural e conjuntural, considerando a população negra no Brasil representada por 54,9%, num país que se formou social e economicamente fundamentado em desigualdades sociais e raciais, a política educacional brasileira reflete essa trajetória nas desigualdades educacionais explicitadas nessa pesquisa.

Portanto, as políticas de ações afirmativas enquanto fruto de reivindicação de mulheres e homens negros da classe que vive do trabalho, como também de outros sujeitos, como por exemplo, educadores e movimentos sociais, materializam o exercício do direito à educação superior de pessoas que historicamente estavam fora desse lugar.

Os relatos dos/das entrevistados/as evidenciam modos de resistência, as contradições da universidade, a articulação estudantil e a solidariedade, e ainda apontam falta de representatividade negra no corpo docente na formação de profissionais que desenvolverão seu trabalho no atendimento da classe trabalhadora, que no Brasil é majoritariamente negra.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Paula (Et Ali). **Entre o isolamento e a dispersão: a temática racial nos estudos sociológicos no Brasil**. Revista Brasileira de Sociologia | Vol. 05, No. 11 | Set/Dez/2017. Artigo recebido em 30/08/2017 Aprovado em 15/10/2017. Acesso em 15 de setembro de 2018. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6227084>.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório Síntese da Área Serviço Social**. Disponível em: Acesso em 06 de julho de 2018

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório de Desempenho da IES** Universidade Federal do Rio de Janeiro. Acesso em 20 de julho de 2018

COULON, Alain. **O Ofício de Estudante: A entrada na vida Universitária**. São Paulo: EDUC, 2017.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6ª edição – Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

HONORATO, Gabriela & HERINGER, Rosana (orgs). **Acesso e Sucesso no ensino superior: uma sociologia dos estudantes**. Rio de Janeiro: 7 Letras: FAPERJ, 2015.

LIMA, Márcia. **Ações afirmativas e juventude negra**. Cadernos Adenauer XVI, 2015, nº 1.

MOURA, Clovis. **Rebeliões da Senzala**. 5ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.

PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza da. **O Negro na Universidade: O direito à inclusão**. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

PAIXÃO, Paulo. **Manifesto Antirracista: Ideias em prol de uma utopia chamada Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A; LPP/UERJ, 2006.